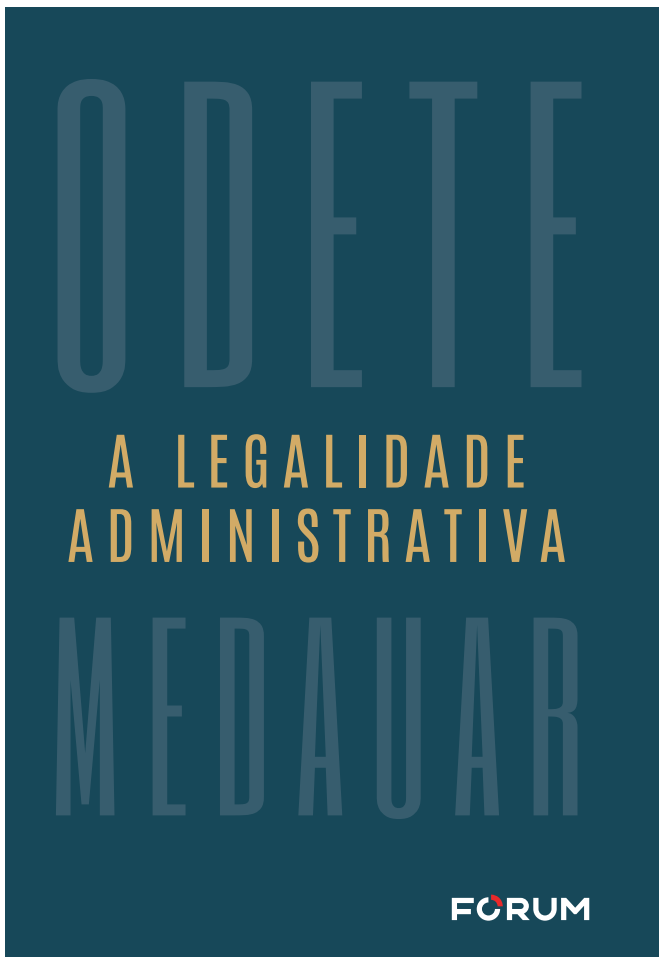




A LEGALIDADE ADMINISTRATIVA

A legalidade a ser cumprida pela Administração Pública é tema clássico no direito público, hoje revestido de novos moldes. Presente na literatura jurídica mais antiga, menos antiga e atual, oferece vários aspectos no seu estudo. Este livro trata das linhas básicas do tema, apresentando as transformações aí ocorridas e mencionando alguns de seus contrapontos.

Área específica

DIREITO ADMINISTRATIVO

Áreas afins

CIÊNCIA POLÍTICA

Palavras-chave

Legalidade administrativa – Estado de Direito

M488l	Medauar, Odete
	A legalidade administrativa / Odete Medauar. Belo Horizonte: Fórum, 2026.
	104p. 14,5x21,5cm
	ISBN impresso 978-85-450-0997-9
	ISBN digital 978-85-450-0998-6
	1. Legalidade administrativa. 2. Estado de direito. I. Título.
	CDD 342
	CDU 342

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MEDAUAR, Odete. *A legalidade administrativa*. Belo Horizonte: Fórum, 2026. 104p. ISBN 978-85-450-0997-9.

ODETE MEDAUAR

Mestre, doutora e livre-docente pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Professora titular da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (aposentada). Especialista em Direito Público pela Universidade de Liège — Bélgica.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1	
PERCEPÇÕES DOUTRINÁRIAS.....	11
CAPÍTULO 2	
NOÇÃO DE LEGALIDADE ADMINISTRATIVA	15
CAPÍTULO 3	
PASSOS INICIAIS DA TRAJETÓRIA DA LEGALIDADE ADMINISTRATIVA	17
3.1 Elementos da sementeira.....	17
3.2 Estado de Direito e legalidade administrativa	21
3.3 Primeira presença constitucional da legalidade administrativa.....	23
3.4 Distorções e/ou falsa compreensão.....	24
CAPÍTULO 4	
TRANSFORMAÇÕES NAS CONCEPÇÕES DE ESTADO DE DIREITO E DE LEGALIDADE.....	25
4.1 Causas	25
4.2 Transformações na concepção do Estado de Direito.....	26
4.3 Transformações na concepção de legalidade administrativa	29
4.4 Nota sobre transformação da legalidade dos particulares	31
CAPÍTULO 5	
ASPECTOS TERMINOLÓGICOS NA ‘LEGALIDADE’	35
5.1 Outras denominações para legalidade	35
5.2 Mudança do nome <i>legalidade</i> ?	38
5.3 Termos ventilados com frequência em matéria de legalidade administrativa.....	39
CAPÍTULO 6	
VARIAÇÕES DA LEGALIDADE.....	41
6.1 Primeiro grupo de variações	41
6.2 Segundo grupo de variações — Reserva legal	43
6.3 Terceiro grupo de variações — princípios	46
6.4 Quarto grupo de variações — <i>soft law</i>	49
6.5 Quinto grupo de variações.....	50
6.6 Sexto grupo de variações.....	51
CAPÍTULO 7	
REGULAMENTOS — SÉTIMO GRUPO DE VARIAÇÕES.....	53
7.1 Esclarecimentos prévios	53
7.2 Monopólio das leis	54
7.3 Possibilidade e expansão dos regulamentos	55
7.4 Regulamentos quanto à origem.....	56
7.5 Regulamentos quanto à relação com a lei.....	57
7.6 Regulamentos de execução	58
7.7 Regulamentos autônomos.....	60
CAPÍTULO 8	
VÍNCULO DE LEGALIDADE	65
8.1 Terminologia	65
8.2 As “fórmulas” apresentadas por Charles Eisenmann.....	66
8.3 O vínculo de legalidade na doutrina brasileira.....	68
8.4 O vínculo de legalidade na doutrina estrangeira	71
8.5 Pontos comuns nas manifestações doutrinárias	74

CAPÍTULO 9	
LEGALIDADE E SEGURANÇA JURÍDICA	75
9.1 Legalidade como segurança jurídica	75
9.2 Noção de segurança jurídica em sentido específico	76
9.3 Manifestações da segurança jurídica	77
9.4 Contraponto: legalidade x segurança jurídica	78
CAPÍTULO 10	
LEGALIDADE E DISCRICIONARIEDADE.....	83
10.1 Terminologia	84
10.2 Noção.....	84
10.3 Da livre escolha aos parâmetros.....	86
10.4 Discricionariedade no âmbito da legalidade?	88
CAPÍTULO 11	
LEGALIDADE E CIRCUNSTÂNCIAS EXCEPCIONAIS.....	91
11.1 Terminologia	91
11.2 Linhas do tratamento na Constituição brasileira.....	92
11.2.1 Estado de defesa	93
11.2.2 Estado de sítio	94
11.2.3 Controles.....	94
11.3 Há legalidade nas situações excepcionais?.....	95
11.3 Permanência da legalidade	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
REFERÊNCIAS.....	99